

PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS

Engloba as iniciativas do Tribunal para promover o bem-estar no ambiente de trabalho.

O desenvolvimento do corpo funcional é necessário tanto na área pessoal quanto na área profissional e depende de diretrizes para a gestão dos recursos humanos, da promoção da saúde física e mental e da qualificação para o trabalho.

| | |
|-------------------------------|---|
| RESULTADOS DESEJADOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento dos perfis de competências desejados▪ Estímulo ao desenvolvimento profissional▪ Programas continuados de formação▪ Transparência na gestão de recursos humanos▪ Melhoria do ambiente de trabalho▪ Redução de adoecimento e absenteísmo |
| IMPACTOS ESTRATÉGICOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida▪ Promover formação continuada do quadro Funcional▪ Assegurar produtividade na prestação jurisdicional▪ Assegurar mecanismos de controle para a Administração |

PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

O Programa de Melhoria da Infraestrutura objetiva aprimorar a qualidade da estrutura física das unidades do TRT 16ª. Trata-se da busca pela acessibilidade, segurança das instalações, sustentabilidade (redução de consumos), adequação ergonômica e a criação de um ambiente de trabalho que proporcione o bem-estar dos colaboradores e da sociedade que recebe os serviços prestados.

RESULTADOS DESEJADOS:

- Atendimento aos requisitos de acessibilidade
- Segurança das instalações
- Ocupação do espaço interno orientado à redução do consumo de energia elétrica e água
- Conservação da estrutura predial por meio de manutenção preventiva e periódica
- Ambientes de trabalho ergonômicos

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

O Programa de Integração da Administração Judiciária concentra o esforço para a instituição da governança, a manutenção de resultados e o estabelecimento de padrões de referência em administração. O fortalecimento da área administrativa deve vir da implantação de mecanismos de controle de atuação e de riscos, da gestão conjunta, democrática e participativa e da adoção contínua de boas práticas de gestão.

RESULTADOS DESEJADOS:

- Fortalecimento da Administração Judiciária (toda a área administrativa, inclusive das unidades judiciais)
- Coibição de fraudes e prevenção de riscos
- Fortalecimento dos controles internos
- Melhoria na comunicação entre as unidades
- Adoção e divulgação de boas práticas de gestão
- Crescimento da cultura de gestão estratégica

PROGRAMA DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Programa de Alinhamento Estratégico busca a multiplicação de envolvidos com a execução da estratégia. Contempla a elaboração de planos de atuação por unidade, comprometendo as equipes e compartilhando responsabilidades para a obtenção de resultados.

RESULTADOS DESEJADOS:

- Comprometimento das equipes
- Vinculação das unidades ao Plano Estratégico
- Fortalecimento da identidade institucional
- Compartilhamento de informações entre as unidades
- Aperfeiçoamento dos canais de comunicação
- Melhoria nos fluxos de trabalho e na gestão de projetos

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

O Programa de Desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico representa a busca por soluções para a utilização do sistema PJe-JT.

Compreende toda a regulamentação acerca do PJe no âmbito do Regional, quanto a diretrizes gerais, procedimentos e normas de atuação dos setores envolvidos.

| | |
|-------------------------------|---|
| RESULTADOS DESEJADOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Adequação do Regimento Interno do Tribunal▪ Regulamentações específicas sobre o Processo Judicial Eletrônico▪ Soluções de produtividade e acessibilidade▪ Prevenção de LER/DORT |
| IMPACTOS ESTRATÉGICOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida▪ Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC▪ Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do Tribunal▪ Assegurar produtividade na prestação jurisdicional▪ Promover a cidadania e a integração com a Sociedade |

PROGRAMA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

O Programa de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações atende, de forma direta, ao Macrodesafio do Poder Judiciário acerca da governança de TIC.

O Plano Estratégico de TIC e o Plano Diretor de TI são instrumentos essenciais a nortear a atuação do Tribunal.

| | |
|------------------------------|--|
| RESULTADOS DESEJADOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Oferecimento de carta de serviços ao usuário▪ Melhoria no atendimento ao usuário▪ Serviços prestados conforme a expectativa▪ Alinhamento das ações de TIC aos objetivos institucionais▪ Melhoria da infraestrutura de TIC▪ Otimização dos recursos humanos disponíveis▪ Melhoria das soluções tecnológicas |
|------------------------------|--|

PROGRAMA DE EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO

O Programa de Efetividade na Execução centraliza as ações do Tribunal na fase de execução. Entre elas, o esgotamento de todos os meios coercitivos de quitação da dívida, a instituição de pautas de conciliação na execução e a realização de acordos em precatórios.

| | |
|------------------------------|---|
| RESULTADOS DESEJADOS: | <ul style="list-style-type: none">▪ Rotinas de trabalho em execução, com aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas eletrônicos disponíveis▪ Funcionamento do Núcleo de Pesquisa Patrimonial▪ Maior efetividade na execução▪ Aumento no número de conciliações na fase de execução |
|------------------------------|---|

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

O Programa de Consolidação da Jurisprudência tem por objetivo reduzir as taxas de recorribilidade interna e externa por meio do estabelecimento e da divulgação sistemática da jurisprudência uniforme do Tribunal. Compreende a instituição de súmulas e a solidificação da jurisprudência uniforme, bem como a criação de bases de consulta especificadas por assuntos e resultados.

RESULTADOS DESEJADOS:

- Uniformização de jurisprudência do Tribunal
- Queda das taxas de recorribilidade interna e externa
- Segurança jurídica nas decisões
- Aumento da confiança na prestação jurisdicional
- Catalogação e acesso à base de dados de jurisprudência
- Gerenciamento adequado de demandas repetitivas